

DE SEGUNDA A SEXTA, ÀS 17:00 / 18:00 HORAS

SEXTA-FEIRA, 15 DE MAIO 2026 | N.º 1509 | ANO 6 »» DIGITAL »» DIGITAL »» DIGITAL

COIMBRA JÁ ESTÁ A CAMINHO DO CALHABÉ

PÁGINA 2



De 2.^a a 6.^a-Feira, às 17:00 horas vá a www.campeaoprovincias.pt
na barra lateral encontra "Campeão Digital". CLIQUE E LEIA!

Pode também encontrar o link de ligação no Facebook do Campeão em www.facebook.com/campeaodasprovincias

Coimbra chamada a empurrar a Académica num dia que pode ficar na história



A Académica prepara-se para viver um daqueles jogos que atravessam gerações, juntam famílias, antigos estudantes, adeptos de sempre e uma cidade inteira em torno de um mesmo desejo: ver a Briosa regressar aos campeonatos profissionais.

Amanhã, às 16h30, no Estádio Cidade de Coimbra, frente ao Trofense, a equipa academista tem nas mãos a possibilidade de alcançar uma das vitórias mais importantes dos últimos muitos anos, onde são esperadas cerca de 25.000 pessoas. Um triunfo vale a subida à II Liga e pode marcar o início de um novo ciclo para um clube que carrega no peito a história, a identidade e o orgulho de Coimbra.

Mais do que uma partida de futebol, este será um momento de afirmação colectiva. A Académica chega à última jornada da Fase de Subida depois de um percurso construído com resistência, qualidade e carácter. Houve dificuldades, houve jogos sofridos, houve momentos em que foi preciso acreditar até ao último minuto. Mas a equipa manteve-se de pé e chega agora ao jogo decisivo com o destino ao seu alcance.

Coimbra sabe bem o que a Académica representa. Não é apenas um clube. É uma memória viva da cidade, uma camisola que pertence aos estudantes, aos antigos alunos, aos bairros, às famílias, aos que cresceram a ouvir falar da Briosa e aos que continuam a segui-la em qualquer campo. É por isso que o Estádio Cidade de Coimbra se prepara para receber uma moldura humana especial, capaz de transformar a bancada num verdadeiro motor emocional para os jogadores.

O regresso de Cascavel às opções aumenta as soluções ofensivas de António Barbosa num encontro em que todos os detalhes poderão contar. O extremo tem

sido uma das figuras de maior impacto nesta fase decisiva e volta a estar disponível para uma tarde em que a Académica precisará de talento, irreverência e eficácia.

As contas são claras: vencendo, a Briosa sobe. Se não ganhar, ficará dependente do resultado do Belenenses diante do Mafra. Mas em Coimbra ninguém quer viver de calculadora na mão. O desejo é resolver tudo em casa, perante milhares de vozes, com a cidade unida num só grito.

Amanhã, Coimbra não vai apenas ao estádio. Coimbra vai com a Académica. Vai com a memória dos que nunca deixaram de acreditar, com a esperança dos mais novos e com a responsabilidade de quem sabe que há tardes que podem mudar o rumo de um clube.

A Briosa tem uma final pela frente. E uma cidade inteira pronta para a empurrar.

Académica de Coimbra repudia assalto à sala da Mancha Negra

A Associação Académica de Coimbra / OAF lamenta o assalto à sala da claque Mancha Negra, situada no interior do Estádio Cidade de Coimbra. O clube expressou o seu “mais profundo repúdio e indignação” perante o sucedido, classificando a ocorrência como um “acto vil e de pura cobardia”. De acordo com a instituição, os bens subtraídos possuem um valor que transcende a esfera material pois foram levados objectos que representam a história e a alma do apoio nas bancadas. A Briosa destaca que os itens são considerados insubstituíveis para a massa adepta e reforça que o autor do crime demonstra uma total falta de civismo e respeito pela instituição. Apesar do incidente, a Académica garante que o espírito dos adeptos permanece inabalável. O clube manifestou total solidariedade à Mancha Negra, afirmando que a dedicação dos ultras “não se guarda numa sala” e que este momento de adversidade servirá para unir ainda mais a comunidade académica. As medidas legais já estão em curso para encontrar os responsáveis, com as forças policiais a serem devidamente informadas sobre o assalto. A Académica – OAF comprometeu-se a colaborar estreitamente para que os culpados sejam identificados e punidos e deixa a garantia de que a claque e os sócios sairão mais fortes deste episódio.

A Universidade de Coimbra assinalou, ontem, o 40.º aniversário da adesão de Portugal à União Europeia e o Dia da Europa, em parceria com a Associação Académica de Coimbra, a Erasmus Student Network, a Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra e a aliança EC2U - Campus Europeu de Cidades Universitárias. Foi na Casa da Lusofonia com intervenções de João Nuno Calvão da Silva, Nuno Silva e Nuno Pereira.

CORRUPÇÃO: NOVA DIRECTIVA DA UE “ELIMINA ZONAS CINZENTAS”

ANA CLARA*

O Conselho da União Europeia (UE) aprovou em Abril deste ano uma nova Directiva da UE que harmoniza a definição de corrupção em todos os Estados-membros e estabelece um nível comum de sanções para punir este tipo de crimes. Com medidas para prevenir a corrupção e regras para reforçar a investigação e a acção penal, a Directiva reforçará a luta contra a corrupção, tanto no sector público como no privado. A nova Directiva substituirá dois actos legislativos da UE: uma decisão de 2003 relativa à corrupção no sector privado e uma Convenção da UE, de 1997, relativa à corrupção em que estejam implicados funcionários da UE ou dos Estados-membros. As novas regras asseguram que os principais crimes de corrupção são definidos e tratados de forma semelhante em toda a UE. Entre esses crimes incluem-se o suborno nos sectores público e privado, apropriação ilegítima, tráfico de influências, obstrução de justiça, enriquecimento resultante de crimes de corrupção, ocultação e certas violações graves da lei durante o exercício de funções públicas.

De acordo com as novas regras, os Estados-membros têm de prever níveis mínimos comuns de sanções para os crimes de corrupção, assegurando que as sanções máximas não sejam demasiado baixas. Os infractores podem ser condenados a penas de prisão de três a cinco anos, consoante a infracção. As empresas ficarão igualmente sujeitas a sanções sob a forma de coimas que variam entre 3% e 5% do seu volume total de negócios a nível mundial ou entre 24 e 40 milhões de euros, consoante a infracção.

O “Campeão” falou com Bruno Ferreira Costa, politólogo na Universidade da Beira Interior (UBI) sobre o impacto da implementação desta Directiva em Portugal. Começa por considerar que “todo e qualquer contributo para combater a corrupção vai no bom sentido”. Além disso, “demonstra que a classe política está atenta



De acordo com as novas regras, os Estados-membros têm de prever níveis mínimos comuns de sanções para os crimes de corrupção, assegurando que as sanções máximas não sejam demasiado baixas

a este fenómeno” e que a corrupção “é um dos temas centrais da agenda pública, verificando-se um interesse crescente da sociedade civil sobre o mesmo”. Esta Directiva, refere, “acaba por constituir um reforço significativo dos mecanismos à disposição dos Estados-membros para combater a corrupção, nomeadamente tendo em conta três premissas: a harmonização ao nível da definição da corrupção no espaço comunitário; o entendimento de que a corrupção não é um fenómeno nacional, extravasando fronteiras e tendo impacto significativo no sector público e privado e a adopção de sanções comuns para punir este tipo de crimes no espaço comunitário”. O também Gestor Global do Centro Europe Direct Beira Interior considera que “passamos a ter um quadro legal transversal que assegura uma articulação entre o quadro legal português e a demais legislação dos países da UE, ou seja, elimina-se um conjunto de zonas cinzentas, evitando ou inibindo a procura de países mais ‘apetecíveis’ para o exercício de determinadas actividades”.

“Uniformização e harmonização”

O politólogo relembra que estes crimes, referidos na Directiva, já se encontram registados e identificados no ordenamento jurídico nacional, pelo que a mais-valia encontra-se nesta “uniformização e harmonização” com a demais legislação europeia. Por outro lado, “registra-se que este caminho poderá facilitar e agilizar

pedidos de colaboração internacionais e partilha de informações entre as diversas autoridades nacionais. De igual modo, cumpre destacar o objectivo de reforçar os mecanismos de prevenção e assegurar um maior escrutínio sobre processos de contratação pública e exercício de funções na Administração Pública”.



A mediatização de diversos casos de corrupção tem deixado um lastro de desconfiança considerável sobre os nossos representantes

Bruno Ferreira Costa lembra que no contexto do financiamento público, cerca de 80% do financiamento é efectuado com recurso a fundos europeus, “pelo que este cenário poderá ajudar o País a detectar melhor situações de fraude em projectos financiados pela UE e assegurar menos discrepâncias entre decisões judiciais existentes em Portugal e os países da UE”.

Bruno Ferreira Costa realça que as políticas públicas de combate à corrupção em Portugal “evoluíram bastante” nas últimas décadas, sobretudo no plano legal e institucional, porém, “o balanço costuma mostrar uma diferença persistente entre a ‘arquitectura normativa’ (o que existe no papel) e ‘efectividade prática’ (o que acontece no terreno). Algo que na ciência política

acabamos por analisar de forma sistemática - o que a lei proclama/prevê e a forma como as medidas/acções são implementadas na prática”. Destaca, no quadro da acção adotada, “o caminho de reforço do Ministério Público, a diversificação de mecanismos de controlo e auditoria mais densos e a implementação de regras mais exigentes na contratação pública”. Ou seja, para o politólogo, “o sistema passou a disponibilizar um quadro legal forte para analisar casos de corrupção em Portugal”. No entanto, subsistem algumas barreiras que acabam por ter um impacto significativo sobre o combate à corrupção, nomeadamente a “morosidade dos processos, a complexidade da arquitectura institucional, com os processos a serem analisados por múltiplas entidades, o que dificulta a própria articulação entre as mesmas, a existência de uma certa cultura de ‘aceitação ou normalização’ de determinadas práticas ou redes de influência informais”. E sugere que, a breve prazo, importa “avançar com a existência de tribunais especializados em criminalidade económico-financeira, um maior investimento para a digitalização dos processos, por exemplo, através do recurso a auditorias processadas através de algoritmos e a existência de um quadro legal mais forte de protecção aos denunciantes”.

“Lastro de desconfiança” na classe política

Sobre a percepção da corrupção e o impacto na

opinião pública dos vários casos que envolvem a classe política em Portugal, Bruno Ferreira Costa não tem dúvidas: “existe um escrutínio maior por parte dos cidadãos à actividade exercida por dirigentes políticos, pelo que a mediatização de diversos casos de corrupção tem deixado um lastro de desconfiança considerável sobre os nossos representantes”. “Assiste-se a esse impacto na diminuição do grau de confiança no sistema político e judicial, muitas vezes até pela percepção que o sistema acaba por proteger os actores políticos. Um dos resultados do crescimento dessa desconfiança é a procura de soluções alternativas ou antissistémicas por parte dos eleitores quando são chamados às urnas. Por outro lado, podemos caminhar num sentido de maior resistência dos cidadãos a políticas públicas ou medidas adoptadas, considerando que os actores políticos carecem de legitimidade para o exercício de funções”, sublinha.

E, acrescenta, também tudo isto cria desconfiança nas instituições. “Se atendermos a dados sobre esta temática, Portugal regista dos valores mais altos de desconfiança ou avaliação negativa das instituições políticas e judiciais. Ou seja, entra-se num caminho de disseminação de um conjunto de expressões e visões bem conhecidas do comum cidadão (os partidos/políticos são todos iguais; ‘todos querem tacho’; ‘só protegem ou beneficiam os ricos’). Este é um caminho perigoso, que vai corroendo e enfraquecendo a democracia. Podemos verificar essa materialização da desconfiança no aumento da abstenção eleitoral, na existência de uma tendência para o voto de protesto, na maior volatilidade eleitoral, bem como num ambiente de maior contestação a decisões políticas ou administrativas adoptadas pelos organismos do Estado. Ou seja, a implicação não é apenas sobre uma dimensão prática/factual, mas tem um peso significativo sobre a forma como o cidadão percebe o funcionamento do Estado”, sintetiza. Todavia, o politólogo da UBI diz que é importante referir

que “parte do trabalho tem sido feito”. Ou seja, “não podemos cair na perspectiva de que nada foi feito para combater a corrupção em Portugal. Tivemos, ao longo dos últimos anos, a adopção e implementação de diversas reformas legais, institucionais e estratégicas nesta área. A principal questão que se coloca é a adequação de parte dessas medidas aos fenómenos que assistimos e a real capacidade de transformar o sistema num modelo mais ágil, transparente e eficiente”. E vai mais longe, destacando “algo estrutural no País: temos uma dimensão reactiva muito forte e uma dimensão preventiva ainda ténue ou limitada. Nestas temáticas, há que inverter este racional”, avisa.



Politólogo Bruno Ferreira Costa analisa nova legislação comunitária

Quanto aos impactos na democracia, Bruno Ferreira Costa realça dois efeitos “determinantes num contexto de altos níveis de corrupção ou percepção de corrupção”, a saber: “a percepção de que a democracia não funciona ou apresenta diversas falhas e um impacto sobre a real capacidade de desenvolvimento económico e social do País. Estas dimensões são indissociáveis de tudo o que abordei anteriormente. Quando o cidadão não confia, não acredita e não considera o Estado para a resolução dos seus problemas, procurará soluções alternativas, que provocam a erosão do sistema democrático e um maior nível de desmobilização cívica e política”. Num segundo patamar, “existe um impacto sobre toda a capacidade de desenvolvimento económico, nomeadamente através da menor eficiência na utilização dos recursos económicos disponíveis (menos ao serviço das populações e do País e mais ao serviço de determinados interesses)”, remata.

(*) Jornalista do “Campeão” em Lisboa

Sábado, dia 16, pelas 16h30, o Estádio Cidade de Coimbra pode viver uma tarde histórica, com a Académica/OAF a um pequeno passo de carimbar o tão aguardado regresso aos campeonatos profissionais. Após quatro anos de ausência, a euforia é total e todos os caminhos vão dar ao Calhabé para empurrar a Biosa rumo ao triunfo. Uma vitória frente ao Trofense garante a subida directa à Segunda Liga.

CAMPEÃO DAS PROVÍNCIAS
www.campeoaprovincias.pt

14 DE MAIO DE 2026

ACTUALIDADE 3

ELEIÇÃO DO REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

“FASQUIA” SUBIDA PELO DIRECTOR DA FDUC AINDA SEM RESPOSTA DO CONSELHO GERAL

R.A.

A presidente do Conselho Geral da Universidade de Coimbra declina, por ora, pronunciar-se acerca das considerações do director da Faculdade de Direito, divulgadas através da nossa edição electrónica, sobre as implicações da alteração a que vai ser sujeito o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior.

O “Campeão” interpeleou Maria da Glória Garcia, convidando-a, por um lado, a facultar o seu ponto de vista ao Jornal e, por outro, a pronunciar-se sobre a circunstância de, em determinada medida, o CG ser chamado a “julgar em causa própria”.

“O CG não se pronuncia sobre legislação que ainda não está em vigor”, indicou a presidente do órgão, assinalando que “somente após a publicação em Diário da República” será apreciado pelos 35 membros do Conselho Geral o novo teor do RJIES.

O Conselho Geral da Universidade de Coimbra reúne-se a 29 de Junho, sendo que da ordem de trabalhos consta o regulamento inerente à eleição do(a) futuro(a) reitor(a), mas acontece que o agendamento foi encarado numa ocasião em que o Parlamento ainda não tinha aprovado a nova versão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior. A votação final do diploma por parte dos membros da Assembleia da República ocorreu a 08 de Maio (sexta-feira).

Perante a pertinência do assunto, o “Campeão” instou, sábado, o jurista Pedro Gonçalves, director da Faculdade de Direito de Coimbra (FDUC), no sentido de o catedrático de Direito Público divulgar o seu ponto de vista acerca do reflexo da medida parlamentar na eleição do(a) sucessor(a) de Amílcar Falcão.

O jurista foi interpelado pelo nosso Jornal acerca do alcance da aplicabilidade



O Conselho Geral da Universidade de Coimbra reúne-se a 29 de Junho, sendo que da ordem de trabalhos consta o regulamento inerente à eleição do(a) futuro(a) reitor(a)

do regime jurídico em vias de entrar em vigor, numa altura em que parecem despontar candidaturas dos vice-reitores Alfredo Dias (Ciências e Tecnologia) e Delfim Leão (Letras), de Carlos Robalo Cordeiro (Medicina) e da ex-vice-reitora Cláudia Cavadas (Farmácia).

Se a nova versão do RJIES entrar em vigor num horizonte de quatro meses, o(a) futuro(a) reitor(a) da UC “terá de ser eleito pelas novas regras”, defende o especialista de Direito Administrativo. Segundo Pedro Gonçalves, a partir da entrada em vigor do novo RJIES, o Conselho Geral dispõe do prazo (máximo) de oito meses para aprovar novos estatutos. Assim, para o jurista, “tudo indica ir haver novos estatutos antes do fim do mandato do reitor” cessante.

Como o mandato cessante expira no primeiro trimestre de 2027, o catedrático de Direito Administrativo assinala que o mesmo poderá ser prolongado até à eleição do(a) futuro(a) reitor(a).

Questão de legitimidade

Neste contexto, Pedro Gonçalves faz notar que “solução diferente” consistiria em, antes, ser eleito(a) um(a) novo(a) reitor(a) “com as regras antigas e estando em vigor uma lei nova”.

“Além disso”, acentua, “terá de estar em curso (e

em fase final) a elaboração de novos estatutos” da Universidade de Coimbra.

Ao acenar com um “absurdo que diminuiria a UC”, o director da Faculdade de Direito alega ser “incompreensível que ela, podendo eleger um(a) reitor(a) com legitimidade alargada, preferisse ter um com legitimidade curta ou, no novo contexto, sem legitimidade”.

Em jeito de exortação ao CG, o jurista faz notar que, caso a nova versão do RJIES esteja publicada em Diário da República a 29 de Junho, “todo esse processo deve ser parado”.

“Se o novo regime jurídico não estiver ainda publicado, o CG deve dar andamento ao processo eleitoral e, então, convocar uma reunião extraordinária para revogar esse processo logo que o RJIES seja publicado, naturalmente, se isto acontecer”.

A nova versão do RJIES, aprovada com votos da AD, Chega e Iniciativa Liberal, implica a subtração ao Conselho Geral da UC (composto por 35 membros) da competência para eleger o reitor.

O futuro diploma estabelece um figurino de escolha directa alargado a toda a comunidade académica (inclusive aos antigos alunos).

Para o Ministério da tutela, fica, assim, garantida “uma participação mais democrática na governação das instituições”.

Os votos dos professores e investigadores são

ponderados em 40 a 45 por cento para eleição do reitor, os dos estudantes em 20 a 25, os do pessoal técnico e administrativo em 10 a 15 e os dos antigos estudantes em 15 a 20.

“Ambiguidade (in)conveniente”

A forma resoluta como o director da FDUC abordou o assunto não deixou indiferentes os membros da comunidade académica conimbricense.

Professora catedrática de Biodiversidade e Ecologia, Helena Freitas, antiga vice-reitora da UC, antendeu afirmar, publicamente, que “a posição expressa”, através do “Campeão”, pelo catedrático de Direito Público, “merece acolhimento pela sua clareza e pela sua oportunidade”.

“A intervenção pública” de Pedro Gonçalves possui “um valor que excede o plano técnico-jurídico; num momento em que poderia instalar-se a ambiguidade conveniente sobre a aplicabilidade temporal do novo regime, a sua posição fixa o sentido correcto com a autoridade de quem conhece o Direito e não receia dizê-lo”, opina a ex-vice-reitora.

Para Helena Freitas, “um Conselho Geral de composição fechada, por mais competente que seja nos seus membros individuais, não oferece as garantias de pluralismo e de independência que uma eleição directa assegura por definição”.

Eleição do Reitor(a) com novas regras



HELENA FREITAS*

A posição expressa no jornal *Campeão das Províncias* pelo Professor Pedro Gonçalves (online e digital da passada sexta-feira), Director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, merece acolhimento pela sua clareza e pela sua oportunidade. Com a aprovação parlamentar da revisão do RJIES, o futuro reitor ou reitora da UC terá necessariamente de ser eleito ao abrigo das novas regras. Não se trata de uma opção interpretativa entre outras: trata-se da aplicação elementar do princípio da legalidade.

O novo regime representa uma ruptura com um modelo que concentrava numa instância restrita (o Conselho Geral) a decisão sobre quem deve liderar a universidade. O diploma aprovado estende o sufrágio a toda a comunidade académica, conferindo voto ponderado a docentes, investigadores, estudantes, pessoal técnico e administrativo, e antigos alunos. É, em termos de governação universitária, o reconhecimento de um princípio que deveria ser pacífico: o de que a legitimidade do poder se funda na representatividade do processo que o institui.

Um Conselho Geral de composição fechada, por mais competente que seja nos seus mem-

bros individuais, não oferece as garantias de pluralismo e de independência que uma eleição directa assegura por definição. A concentração desta decisão num colégio restrito cria condições objectivas para que interesses institucionais particulares - e não necessariamente o interesse colectivo da universidade - orientem a escolha. Não é uma acusação; é uma observação estrutural sobre os limites de qualquer sistema de cooptação, por mais bem-intencionado que seja.

A intervenção pública do Professor Pedro Gonçalves tem, por isso, um valor que excede o plano técnico-jurídico. Num momento em que poderia instalar-se a ambiguidade conveniente sobre a aplicabilidade temporal do novo regime, a sua posição fixa o sentido correcto com a autoridade de quem conhece o direito e não receia dizê-lo.

A Universidade de Coimbra tem, nesta matéria, uma oportunidade que não deve desperdiçar: a de iniciar um novo ciclo de liderança com uma legitimidade democrática que o modelo anterior nunca pôde, por construção, garantir.

(*) Professora Catedrática da Universidade de Coimbra

É verdade que Amsterdão proibiu anúncios sobre carne, mas a decisão nada tem a ver com religião e os muçulmanos comem carne. André Ventura comentou: "Vocês vejam ao ponto de loucura a que estamos a chegar. Isto é aqui na Europa! Porque, como os muçulmanos não comem carne, não querem que mais ninguém coma carne! Se nós não paramos isto a tempo, isto vai comer-nos vivos!"...

F_R_A

AAC APOIADA COM 270 MIL EUROS
PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Presidente da DG/AAC, José Machado, a administradora da DG/AAC, Matilde Vaz, e o Reitor da UC, Amílcar Falcão (foto Hugo Faria)

A Universidade de Coimbra (UC) apoia a Associação Académica de Coimbra (AAC) com 270 mil euros, no âmbito do contrato-programa anual de apoio às actividades de carácter cívico, cultural, artístico e desportivo da organização estudantil. O acordo foi assinado, na passada quinta-feira, pelo Reitor Amílcar Falcão e pelo presidente da Direcção-Geral da AAC, José Machado, na Reitoria da UC. O contrato-programa contempla o financiamento de cerca de 50 projectos de âmbito diversificado, como desporto universitário, cultura e expressão artística, responsabilidade social, promoção da UC e AAC, e despesas de funcionamento da AAC. "A AAC é um parceiro determinante da UC, colaborando permanentemente na atracção, no acolhimento e no acompanhamento dos estudantes e promovendo actividades extracurriculares, de carácter cívico, cultural e desportivo, que muito valorizam a nossa Academia. Este apoio anual é uma forma de robustecermos ainda mais estas iniciativas", - declara o Reitor da UC, Amílcar Falcão. "Ano após ano, a Universidade de Coimbra tem reforçado o apoio financeiro prestado à actividade desportiva, cultural e cívica da Associação Académica de Coimbra, uma prova dada da relação singular que une ambas as instituições", afirma, por seu lado, o presidente da Direcção-Geral da AAC, José Machado. Refira-se que a Associação Académica de Coimbra/Universidade de Coimbra (AAC/UC) conquistou nove medalhas no Campeonato Nacional Universitário (CNU) de Canoagem, somando dois títulos nacionais universitários, cinco segundos lugares e dois terceiros lugares. A competição contou com a presença de 76 estudantes-atletas, em representação de 17 clubes FADU, que disputaram várias provas. O CNU de Canoagem realizou-se no Centro Náutico de Montemor-o-Velho, numa organização da Federação Académica do Desporto Universitário (FADU), em coorganização com a Federação Portuguesa de Canoagem.

VINAGRETAS

NÃO GANHARAM PARA O SUSTO!



Criança desaparecida estava, na verdade, dormir a sesta no armário

Toda a gente sabe, - até quem não tem filhos -, que as crianças podem ser uns verdadeiros traquinas. Vários especialistas defendem que uma dose equilibrada de traquinice é saudável e faz parte da infância, no entanto, muitas vezes vem aliada a uns belos sustos que deixam qualquer um sem fôlego. Foi isso mesmo que aconteceu, recentemente, em Lousada, no distrito do Porto. Uma família viveu momentos de angústia e aflição depois de não conseguir encontrar um menino de três anos dentro de casa. O pânico instalou-se, já que, do nada, a criança desapareceu e não estava em parte nenhuma do imóvel. Durante duas horas, familiares e vizinhos desesperaram por não saberem do paradeiro do pequenino e, por isso, as autoridades foram alertadas e, nas redes sociais, começaram a circular apelos que mobilizaram a comunidade local. Com receio que, sem que ninguém se apercebesse, o menino tivesse deixado o interior da casa, os pais tentaram reunir o máximo de ajuda possível e a tensão instalou-se. Contudo, nem tudo o que parece é e, felizmente, tudo não passou disso mesmo: um grande susto. Ao procurá-lo ainda dentro do apartamento, a Guarda Nacional Republicana (GNR) encontrou um cenário de verdadeira doçura. O pequenino estava apenas a descansar, tranquilamente, dentro de um armário. Ora, bem sabemos que as crianças gostam de dormir o seu soninho descansadas e foi isso que este menino decidiu fazer. De facto, os armários não são o sítio mais comum para o efeito, contudo, talvez este pequeno traquina quisesse viver uma aventura nova. E conseguiu! É que, ao longo de duas horas, conseguiu parar o mundo de dezenas de pessoas. Assim que acordou, foi ter com os seus pais de forma completamente espontânea, como se nada tivesse acontecido. Digam lá que a inocência de uma criança não é uma verdadeira ternura?

PARA DESGRAÇAS,
JÁ BASTAM AS QUE TEMOS!

Isaltino quer contratar médicos e enfermeiros

O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras veio a terreiro dizer que vai propor à ministra da Saúde que a gestão do Centro de Saúde de Oeiras passe para a tu-

tela da autarquia que lidera. Isaltino Morais é demais conhecido pela forma directa e até "desbocada" com que diz tudo, muitas vezes, sem filtros. A proposta, que já foi colocada à administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, funcionaria em regime de projecto-piloto pelo período de cinco anos, com o objectivo de aliviar as urgências hospitalares e melhorar a assistência aos utentes. A sugestão do edil passa por querer que a autarquia tenha o poder de contratar médicos, enfermeiros e auxiliares. Por mais que a ideia seja positiva, há coisas que não podem ser confiadas a quem não tem aptidão técnica nem capacidade para tal. Por mais que o Estado falhe todos os dias aos portugueses num direito elementar. Por mais que a revolta possa ser grande. Por mais que nos custe a todos. A gestão política da Saúde tem de ser confiada a quem, aconselhado, percebe da "poda". Sobrepor poderes (sem crivo) é deixar (ainda mais) à deriva um Serviço Nacional de Saúde que precisa de conhecimento e cuidado e não de demagogia política. Que este caso não incentive outros a seguir o mesmo caminho. Para desgraças, já bastam as que temos!

O MUNDO MUDOU
E (ÀS VEZES) ISSO NÃO É BOM

O telemóvel destronou o livro ou o jornal nos transportes

O caso que iremos descrever é, provavelmente, transversal em todo o País, com mais visibilidade nas grandes cidades, onde está mais à vista do cidadão comum. O Mundo mudou, é certo, mas em algumas situações não foi para melhor. Sabemos que as tecnologias, os telemóveis, as redes sociais e toda a panóplia de opções, vieram para ficar. Mas tudo isso tem um preço, que nos priva de algo que nos acrescenta de outro modo. Falamos do hábito da leitura, seja de jornais ou de um livro (físico), nos transportes públicos. É já raro (para não dizermos impossível) vermos carruagens de metro, comboios ou autocarros à pinha com um livro na mão ou um molho de jornais debaixo do braço. A leitura, que em Portugal nunca superou recordes, está cada vez mais nas ruas da amargura. Bem sabemos ser possível fazê-lo nos écrans, mas duvidamos que as escolhas sejam essas, quando o poder das redes sociais e do hábito infinito de fazer scroll vence qualquer outra guerra. A leitura à moda antiga não pode ser aniquilada só porque os tempos mudaram, ela não se adapta, simplesmente coexiste com os novos tempos. A escolha está nas decisões que os utilizadores tomam. Não, a internet não dá todas as respostas, muito menos informação detalhada e fiável que oferece um jornal ou a riqueza ímpar de um livro. Queremos mesmo matar-nos com a voracidade fácil e as opções de 'plástico' que estamos a tomar? Pensem nisso e decerto que olharemos de outro modo para a forma como nos deixámos aprisionar pelo clique cego e fácil.

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO COIMBRA
www.campeaoprovincias.pt



Telefone 239 497 750 | E-mail campeaojornal@gmail.com
Editor/Propriedade REGIVÓZ, Empresa de Comunicação, Lda. NIPC 504 753 711
Sede Editor/Redacção Rua Adriano Lucas, 216 Az. D - Eiras 3020-430 Coimbra
Director Lino Vinhal (CP 77)
Editor Executivo Luís Santos (responsável executivo por esta edição)
Redacção Lino Vinhal (CP 77), Luís Santos (CP 345),
Joana Alvim (CP 7607) e Cristiana Dias (CP 8248)
Director Comercial Carlos Gaspar
Directora de Marketing e Publicidade Adelaide Pinto 239 497 750
jornalcp.adelaidepinto@gmail.com

Design e Paginação Campeão das Províncias
Impressão FIG - Indústrias Gráficas, S.A.; Rua Adriano Lucas, 3020-430 Coimbra
Distribuição VASP - Sociedade de Transportes e Distribuição, Lda. R. da Tascoa, n.º 16 - 4.º Piso, 2745-003 Queluz
Telef. 214 398 500, Fax: 214 302 499
Registo SRIP sob o n.º 222567; ISSN: 1645 - 2968; N.º ERC: 122568 | Depósito Legal n.º 127443/98
Preço de cada número 1€ | Assinatura anual 40,00€ | Tiragem média 9.000 exemplares
LEI DA TRANSPARÊNCIA - Propriedade Regivóz, Empresa de Comunicação, Lda. Capital Social 5.000,00 euros.
Participações no capital Maria de Fátima Rodrigues Viegas Vinhal - 2.500 euros (50%); Lino Augusto Vinhal - 2.500 euros (50%).
Gerência Lino Augusto Vinhal
Estatuto Editorial em www.campeaoprovincias.pt

Os pagamentos para o Campeão das Províncias em cheque devem ser emitidos em nome de "Regivóz, Empresa de Comunicação, Lda.". Também podem ser feitos por transferência bancária através do NIB: 0010000317949000225

O conceito Red Pill tem um movimento de homens que defende uma "masculinidade dominante". Está relacionado com o filme Matrix, quando Neo escolhe o comprimido vermelho (red pill) para ter consciência, sabedoria. Anos depois, começou a ser utilizado na internet por grupos de homens que criticam a igualdade de género e alegam e que as mulheres são aproveitadoras, controladoras e manipuladoras.

CAMPEÃO DAS PROVÍNCIAS
www.campeaoprovincias.pt

14 DE MAIO DE 2026

VINAGRETAS 19

VINAGRETAS

A OCASIÃO FAZ O... COZINHEIRO



Assaltaram o restaurante "Cova Funda", mas o gás levou a melhor

O restaurante Cova Funda, na Baixa de Coimbra, foi assaltado na madrugada da passada quinta-feira (7). As caixas registradoras ficaram danificadas, foram roubadas bebidas e o estabelecimento foi vandalizado. Como se não bastasse a audácia de mexer com o sustento de quem lá trabalha, os ladrões ainda decidiram ser engraçadinhos. Antes de fugirem, acharam que seria boa ideia fazerem uma refeição no local e, por isso... tentaram cozinhar. É verdade, ao se aperceberem da carne que o restaurante tinha guardada, decidiram usá-la mesmo ali. No entanto, estes masterchefs não tiveram muita sorte, já que não conseguiram ligar o gás. Não se sabe que petisco estavam a planear executar, e muito menos o que lhes passou pela cabeça para se armarem em cozinheiros durante um assalto. O certo é que este acto insólito põe a descoberto o à vontade que, actualmente, existe em cometer um crime como este. É que, até então, o normal seria os ladrões quererem terminar o assalto o mais rapidamente possível com medo de serem apanhados. Ora, cozinhar um belo bitoque e ainda comê-lo não é propriamente rápido. Contudo, também temos de tentar colocar-nos no sapato do outro. Quando a fome aperta, o cérebro perde a capacidade de pensar em condições e, vejamos bem, a carniinha estava mesmo ali a olhar para eles com cara de "come-me". Se há quem diga que "a ocasião faz o ladrão" porque não assumir que, neste caso, a ocasião fez o cozinheiro? Ou, pelo menos, tentou, já que eles bem quiseram, mas foram tramados pelo gás. É que uma coisa é ser inteligente para invadir os espaços alheios, outra é fazer uma coisa difícil como abrir o gás. Uma chatice não terem conseguido. Seria uma ótima oportunidade para ganharem uma alcunha como os assaltantes profissionais. A deles seria: "ladrões gourmet".

A VERDADEIRA QUEIMA

Parece que a tentativa de ter o espírito académico na capital acabou antes de a primeira imperial ser tirada. Lisboa tentou vestir o traje e organizar a sua própria Queima das Fitas, mas o resultado foi um balde de água fria. Aqui estão os detalhes desta "quase-festa", com o devido respeito a quem realmente sabe o que é uma noite de Queima: A Federação



Académica de Lisboa tinham tudo planeado para estes dias 15 e 16 de Maio, no Estádio Universitário. O cartaz estava montado, os bilhetes estavam à venda e a promessa era de 5.000 pessoas por dia. Mas, tal como um caloiro que se perde no caminho para a Faculdade, o evento foi cancelado a menos de uma semana da data. Pelos vistos, a logística lisboeta não aguenta o ritmo das tradições seculares de Coimbra e seguidas pelo Porto. Enquanto na Queima de Coimbra ou do Porto a festa só acaba quando o sol nasce (por volta das 6h00), em Lisboa a Câmara Municipal decidiu que à 1:00 era hora

de ir para a cama. A organização lamenta que os prédios habitacionais atrás do Estádio Universitário tenham sido um entrave devido ao ruído. Pelos vistos, em Lisboa, duas noites de festa num ano inteiro é pedir demais à vizinhança, enquanto em Coimbra, no Queimódromo, são nove noites seguidas (22 a 30 de Maio). Para os estudantes de Lisboa resta o consolo de que a parte solene - a bênção das fitas e a serenata (?) - ainda se mantém. Quanto aos concertos e à verdadeira "poda", parece que os estudantes da capital vão ter de continuar a apanhar o comboio para Coimbra se quiserem ver como se faz uma Queima a sério.

MAIS EUROPEU NÃO HÁ



Parece que Portugal decidiu, finalmente, ganhar uma medalha de ouro: a de "Melhor Aluno da Turma Europeia". Enquanto o resto da Europa olha para Bruxelas com aquele cepticismo de quem espera uma encomenda que nunca chega, os portugueses estão prontos para tatuar as doze estrelas no braço. Diz o Eurobarómetro que 93% dos portugueses veem a UE como um factor de estabilidade. Basicamente, se a UE fosse uma banda de rock, Portugal seria aquele fã que dorme à porta do estádio só para ver o soundcheck. Enquanto a média europeia de confiança se fica pelos 51%, nós atingimos uns orgulhosos 73%. É o nível mais alto desde 2019, o que prova que, quanto mais o mundo parece um filme de terror, mais nos queremos agarrar à "saia" da mãe Europa. Somos muito europeístas, sim senhor, mas não nos peçam para pagar a conta do jantar. Queremos que o orçamento da UE vá para o emprego, assuntos sociais e saúde (66% em Portugal contra 41% na Europa). É o clássico: "Amo-te muito, Europa, agora ajuda-me a pagar a renda". Mas não se pense que os portugueses só olham para o umbigo, porque estão particularmente nervoso com o que se passa lá fora. A guerra na Ucrânia tira o sono a 42% dos portugueses, o dobro da média europeia (20%). Talvez por isso, 81% de nós quer uma política comum de defesa, queremos que a Europa nos proteja, de preferência com um escudo que também bloqueie a inflação. Curiosamente, os jovens entre os 15 e os 24 anos são os mais optimistas (68%). É bom ver que as novas gerações ainda acreditam no Pai Natal... ou, neste caso, na Comissão Europeia. Para eles, a UE é sinónimo de paz, democracia e Estado de direito. É uma visão romântica, quase poética, que provavelmente sobrevive até à primeira vez que tentarem pedir um crédito habitação.

COIMBRA QUER SER BRIOSA



Parece que Coimbra finalmente percebeu que o Estádio Cidade de Coimbra serve para mais do que receber grandes concertos, ou alojar grandes e prestigiadas empresas. A cidade acordou do seu sono para se lembrar que a Briosa existe, respira e, milagrosamente, está prestes a fugir do "calvário" da Liga 3. No próximo sábado, dia 16, às 16h30, o adversário da Académica-OAF será o Trofense, que, esperamos, não terá a ingrata tarefa de tentar estragar a festa em pleno Calhabé. A matemática é simples, até para quem não é de Engenharia: o objectivo é a subida directa à Liga 2. A equipa vem de

uma reviravolta épica contra o Mafra, com golos que fizeram muita gente acreditar que, se calhar, Deus é mesmo estudante em Coimbra. As redes sociais estão mais quentes do que a Praça da República numa noite de Queima e a Bancada Nascente Inferior do Estádio já foi à vida. O objectivo é meter 15.000 pessoas lá dentro, só para mostrar que a Liga 3 é pequena demais para a Briosa. E o apelo é claro: nada de polos coloridos, pois a ordem é aparecer de capa e batina para intimidar o adversário com o peso da tradição. À volta do Estádio prepara-se um "Inferno Negro", pois está a ser organizada uma recepção ao autocarro da Académica com tochas e fumos. Por isso, se vires uma nuvem preta sobre Coimbra, não é trovoadas, é só a malta a tentar garantir que os jogadores entram em campo a sentir que devem a vida à cidade. Como a Briosa depende praticamente de si mesma para devolver Coimbra ao mapa do futebol profissional, deixem os estudos de lado por umas horas. É tempo de acabar com o sofrimento e mostrar que, em Coimbra, quem manda ainda é a lição - mas, desta vez... de bola!

LÁ SE VÃO OS PINHEIROS

Parece que em Coimbra nem só os estudantes têm dificuldades em "criar raízes", porque, agora, até os pinheiros-mansos da Avenida Elísio de Moura decidiram que o subsolo da cidade é demasiado claustrofóbico para os seus padrões. Graças a um parecer técnico da Universidade de Coimbra, descobriu-se que as árvores andavam a sofrer de um "efeito de colete-de-forças". Pelos vistos, alguém no passado achou que plantar árvores sobre um antigo pavimento enterrado era uma ideia brilhante de design urbano. As raízes, impedidas de descer por uma barreira impermeável, decidiram revoltar-se, destruindo lancis e levantando o chão. A sentença é o abate dos pinheiros, uma decisão apoiada até pelo movimento ClimAção Centro, que admite que o erro histórico de planeamento não deixa alternativa. Embora a Câmara não queira entrar em detalhes numéricos, estima-se que até 47 pinheiros-mansos passem pelas mãos da serra eléctrica. E não deixa de ser irónico que, numa cidade que tanto se orgulha das suas fundações históricas, sejam precisamente as "fundações" mal feitas de uma avenida a ditar o fim de dezenas de árvores. Resta-nos esperar que, na próxima vez que alguém decidir plantar algo em Coimbra, se lembrem de verificar se não há uma estrada romana ou um pavimento do século passado a servir de "tampa" para a natureza.



As raízes estão a destruir lancis e a levantar o chão

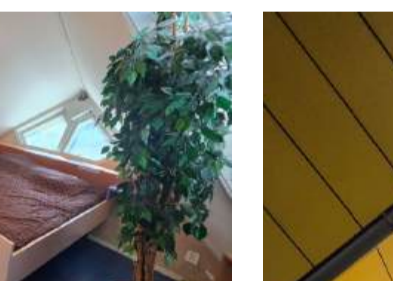
ANA "VRUM" ABRUNHOSA

Há quem diga que para ser presidente da Câmara de Coimbra é preciso ter voz grossa e mão firme, mas Ana Abrunhosa veio provar que, às vezes, basta um bom par de cordas vocais e ausência de complexos. À margem do Vodafone Rally de Portugal, que teve Coimbra como pista de arranque, a autarca protagonizou um momento que nenhum consultor de imagem conseguiria prever. Abordada por um jovem do ACP para uma entrevista que se queria "fora do registo habitual", a presidente, com o microfone à frente e o espírito de piloto de fim-de-semana, decidiu que a melhor forma de comunicar com as massas era... imitar o som de um carro de rally. Entre o riso e o espanto, a autarca arrancou gargalhadas à assistência com a sua onomatopeia motorizada... "vrum-vrum".

Viver num Ângulo Impossível



O Fascínio das Casas-Cubo de Roterdão



Roterdão é uma cidade que se reinventou através do design, e nada simboliza melhor essa audácia do que as “Kubuswoningen”. Desenhadas pelo arquitecto holandês Piet Blom no final da década de 70 e construídas entre 1982 e 1984, estas casas parecem desafiar as leis da gravidade e, para muitos, as do bom senso!

O Conceito: Uma Floresta Urbana | Blom imaginou cada casa como uma árvore e o conjunto como uma floresta (Blaakse Bos). A ideia era criar uma “aldeia dentro da cidade”, onde o rés-do-chão servia de espaço comunitário e a habitação se elevava no topo de um pilar hexagonal, libertando o solo para a vida social.

Os Números do Cubismo: São 38 cubos residenciais e dois cubos maiores (os supercubos). Cada casa tem cerca de 100 m², mas há um “pequeno” detalhe: devido à inclinação das paredes, cerca de um quarto do espaço é totalmente inutilizável. Dividem-se em três pisos. O “triângulo” inferior (cozinha e sala), o meio (quartos e casa de banho) e o topo (um pequeno sótão envidraçado que muitos usam como solário ou jardim de inverno).

Album com 140 fotos de Dinis Manuel Alves, disponível em <https://tinyurl.com/5892a5uj>. Roterdão, Holanda, 29.04.2026

Câmara de Coimbra compromete-se com intervenção no Centro de Saúde de Celas



A Câmara de Coimbra comprometeu-se a avançar com uma intervenção no Centro de Saúde de Celas para resolver problemas imediatos de uma unidade que tem as obras de reabilitação paradas desde 2023 face a processo judicial.

Este plano de intervenção procura resolver alguns problemas no curto prazo, tendo surgido um compromisso de um plano de intervenção imediato por parte do Município, depois de uma reunião na semana passada entre a Unidade Local de Saúde (ULS) de Coimbra e a Câmara Municipal.

“Há jardins abandonados, sérios riscos de cair uma varanda, não há um plano de emergência para o serviço, os contentores [de uma Unidade de Saúde Familiar deslocalizada para junto do antigo Pediátrico] estão sem grandes condições e há problemas na acessibilidade para pessoas com problemas motores”, disse à agência Lusa o coordenador da CoimbraCelas, uma das unidades de saúde familiares (USF) do centro, João Rodrigues, considerando que, de momento, “não há condições de segurança em relação aos utentes”.

À Lusa, a coordenadora da USF CelaSaúde (que está em contentores), Emília Nina, recordou que a sua unidade está em instalações provisórias desde Novembro de 2020, referindo que, além de intervenções de reparação nos actuais contentores, são necessários mais, para uma USF que tem mais de 15 mil utentes.

Em resposta escrita enviada à Lusa, o Município disse que está a trabalhar “em estreita articulação com a ULS” para resolver problemas identificados e apresentar um plano “no mais curto espaço de tempo possível, prevendo-se que possa estar fechado em breve, e dentro da data acordada”.

O plano, de acordo com a Câmara, contempla intervenções “de manutenção e mitigação, destinadas a ga-

rantir as condições necessárias para a continuidade da actividade clínica, tanto no edifício sede como nas instalações provisórias”, com obras ao nível das acessibilidades e instalação de novos contentores na unidade que funciona junto do antigo Pediátrico.

O Município está também a avaliar “soluções que permitam salvaguardar as condições de segurança e funcionalidade da envolvente do edifício”, cujas obras de reabilitação estão paradas há mais de dois anos, devido a uma litigância com o empreiteiro.

Questionada sobre o custo da intervenção, a autarquia referiu que ainda não é possível apresentar “uma estimativa final de custos” nem quando ficará concluída.

A ULS de Coimbra disse que o Município se comprometeu a definir um plano calendarizado até ao final deste mês para resolver as várias situações identificadas.

“Voltaremos a avaliar a situação nessa altura, sempre com o foco na segurança dos nossos utentes e profissionais, que nunca poderá ser posta em causa, nem que para isso seja necessário limitar a actividade assistencial nas atuais instalações. No entanto, é nossa convicção que a autarquia vai resolver, da melhor forma e em tempo útil, esta situação”, venceu.

Questionada sobre a possibilidade de suspensão da actividade clínica naquele centro de saúde, a ULS afirmou que acredita que a solução agora concertada “será suficiente”, mas não descarta “o envolvimento de entidades externas reguladoras ou fiscalizadoras”, caso a segurança fique comprometida.

Fonte oficial da ULS de Coimbra confirmou que não existe um plano de emergência validado, mas assegurou que o mesmo “está a ser desenvolvido”.

João Rodrigues lamenta a demora numa resposta para aquele centro de saúde, recordando que houve uma visita do atual executivo em Dezembro para “resolver o que não estava resolvido”, mas que os meses passaram sem a apresentação de uma intervenção. “Estamos em Maio e precisamos de saber se vai ou não ocorrer”, venceu.

Questionado sobre o atraso na resposta após a visita em Dezembro, o Município disse que “tem vindo a acompanhar o processo” e que esta intervenção “decorre num contexto particularmente complexo”. “Esta é uma situação já conhecida, herdada do anterior executivo e sem solução prevista aquando da tomada de posse”, acrescentou.

IPN com 60 mil euros para impulsionar startups com ADN espacial

O Instituto Pedro Nunes (IPN), através do ESA BIC Centro, está à procura de startups portuguesas com soluções espaciais inovadoras ou que utilizem tecnologias ou dados do Espaço. As candidaturas para esta open call decorrem até ao próximo dia 24 de Maio.

A iniciativa, integrada na rede oficial da Agência Espacial Europeia (ESA), visa transformar projectos de elevado potencial em negócios escaláveis e competitivos à escala global.

As startups seleccionadas beneficiam de um incentivo financeiro directo de 60 mil euros, sem cêndia de capital (equity-free), destinado ao desenvolvimento de protótipos, produtos e estratégias de entrada no mercado.

Para além do apoio financeiro, o programa oferece um ecossistema de incubação completo durante até dois anos com Acesso Técnico (ligação directa a especialistas e infra-estruturas da ESA), Mentoria de Negócio (apoio em modelos de negócio, estratégias de go-to-market e protecção de Propriedade Intelectual), Networking Global (integração numa rede internacional de investidores e líderes da indústria aeroespacial) e Consultoria Especializada (orientação jurídica e apoio em processos de licenciamento).

O concurso está aberto a Startups portuguesas constituídas há menos de cinco anos, Empreen-

dedores/Projectos ainda em fase de constituição de empresa, Soluções que demonstrem ambição comercial e que utilizem tecnologia espacial (ex: comunicações, satélites, GNSS, novos materiais) ou dados de observação da Terra para aplicações terrestres.

O ESA BIC Centro é uma rampa de lançamento para o talento nacional, provando que o Espaço não é apenas o destino, mas uma ferramenta poderosa para inovar em sectores como a agricultura, energia, mobilidade e ambiente.

O prazo para o próximo ciclo de avaliação termina a 24 de Maio e os interessados devem submeter a sua candidatura através do portal oficial: space.ipn.pt/apply.

O ESA BIC Centro é uma iniciativa da ESA implementada pelo IPN em colaboração com o Pampilhosa da Serra Business Center e a Incuba+ Santa Maria. É financiado pela subscrição portuguesa à ESA, pela Câmara Municipal de Coimbra e pela CIM Região de Coimbra.

Entre 2014 e 2024, a coordenação do programa ESA BIC em Portugal foi assegurada pelo IPN. Em 2026, a iniciativa entrou numa nova fase, prevista até 2028, em que passa a contar com dois programas: o ESA BIC Centro, liderado pelo IPN e o ESA BIC Tagus, coordenado pelo Instituto Superior Técnico.



Casa que alia tecnologia à saúde inaugurada na Tocha



Uma sanita inteligente que permite fazer um electrocardiograma ou um assistente de cozinha que liga e desliga equipamentos por comandos de voz são algumas das inovações de uma casa inaugurada no Hospital Rovisco Pais, na Tocha, Cantanhede.

Outras passam por um sistema tecnológico que permite realizar exercício físico de manutenção sem sair da habitação, efectuar análises à urina ou saber, em determinado momento, o que está na despensa ou no frigorífico, dentro do prazo de validade para preparar refeições.

Designada “Casa VIVA+ Engenheiro António Oliveira” a moradia de piso térreo, com dois quartos, duas casas de banho (WC) e uma ampla divisão composta por cozinha, sala de estar e de refeições, foi concebida como “um laboratório vivo de inovação em habitação e saúde”, referem os promotores.

A casa alia a tecnologia à saúde para lidar com o envelhecimento da população, um projecto de 16 milhões de euros liderado pela empresa Oli, em parceria com a Universidade de Aveiro, a Unidade de Saúde Local (ULS) de Coimbra, o Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais, na Tocha, conselho de Cantanhede, e a Associação para o Desenvolvimento da Casa do

Futuro (InovaDomus).

“O que se procurou fazer foi orientar as soluções na casa para a monitorização de indicadores ligados à saúde. E permitir que as pessoas, que noutras circunstâncias estariam internadas em hospitais, sejam acompanhadas em casa de uma forma mais confortável e independente, do que em instituições onde sobrecarregam um sistema já sobrecarregado sem as condições de conforto que teriam na própria casa”, disse António Oliveira, presidente do Conselho de Administração da Oli.

Se o projecto nasceu dentro da InovaDomus - entidade que agrega empresas e entidades públicas e dinamiza projetos de inovação associados ao bem-estar dentro de casa -, um dos seus mentores foi, precisamente, o pai do actual presidente da Oli, também António Oliveira, recentemente falecido, cujo nome foi associado à designação da Casa Viva+.

“O meu pai foi doente durante mais de 20 anos, preocupava-se com a saúde das pessoas e com a forma como as pessoas viviam na doença. E nunca quis sair de casa, e nunca saiu, apesar da doença. Em certa medida, começou a procurar soluções, que a indústria pudesse desenvolver, ligadas à saúde e é daí que surge esta ideia do tampo de sanita, que faz a monitorização dos dados biométri-

cos, faz ECG [electrocardiograma] e monitorização cardiovascular e oxigenação”, explicou.

O responsável da Oli notou, por outro lado, que o WC “é um dos espaços mais utilizados no quotidiano e, simultaneamente, um dos mais críticos em termos de segurança, conforto e autonomia, sobretudo para uma população mais envelhecida”.

Nuno Almeida, investigador da Universidade de Aveiro (UA), demonstrou, entre outras inovações, a facilidade com que é possível fazer exercício físico de manutenção: um aparelho associado a uma câmara filma o utilizador, na sala de estar, e este interage com a tecnologia por comandos de voz, fazendo os exercícios que lhe são pedidos, ao mesmo tempo que a tecnologia assinala, no corpo do utilizador, posturas corretas ou incorrectas.

Já o Reitor cessante da UA, Paulo Jorge Ferreira, considerou o Casa Viva+ como a concretização de uma visão “verdadeiramente pioneira sobre o futuro da habitação e da saúde”.

“Inspirado pelo pensamento visionário do engenheiro António Oliveira, este projeto afirma-se como um legado vivo da sua capacidade de antecipar desafios e mobilizar soluções inovadoras ao serviço das pessoas”, frisou.

Por outro lado Jorge Lains, director do Departamento de Reabilitação da ULS Coimbra e hospital Rovisco Pais venceu que o edifício “deve deixar de ser uma estrutura passiva para se tornar um agente activo na promoção do bem-estar e da saúde, e na prevenção da doença”.

“Para a ULS Coimbra, este protocolo é a oportunidade de transferir o conhecimento clínico para o ambiente doméstico. Ao colaborarmos neste laboratório vivo, estamos a ajudar a desenhar casas que não são apenas resilientes e adaptáveis, mas que funcionam como extensões do sistema de saúde”, enfatizou.

Mercado Medieval anima vila de Eiras este fim-de-semana

A vila de Eiras, em Coimbra, recebe a 8.ª edição do Mercado Medieval, que decorre de hoje (sexta-feira, dia 15), até domingo (dia 17), sob o mote “De Celas a Eiras: Caminhos de Memória”.

Esta iniciativa constitui uma verdadeira lição de história viva no Terreiro da Fonte, no coração de Eiras, convidando a explorar um autêntico acampamento medieval, a conhecer o quotidiano da época, admirar a mostra de armas e aprender sobre os ofícios e trajes de outrora.

“Esta recriação histórica é uma excelente oportunidade educativa para crianças e adultos, permitindo valorizar e preservar a nossa identidade cultural”, refere o presidente da União de Freguesias de Eiras e S. Paulo de Frades, Luís Correia.

“O Mercado Medieval de Eiras deixou há muito de ser apenas um evento local. Hoje é uma referência cultural da região, que projecta Eiras para fora de portas e afirma a nossa identidade, a nossa história e a capacidade da comunidade se mobilizar em torno da cultura. Mais do que recriar o passado, este mercado cria ligação entre pessoas, associações e território, gerando impacto real na comunidade, no comércio local e na forma como Eiras se dá a conhecer a quem nos visita” - sublinha o autarca.

Se na edição passada o Mercado Medieval foi dedicado a El-Rei D. Dinis (o Trovador), a deste ano evoca a ligação de Eiras a Celas, sendo tradicional a realização do Cortejo do Imperador, por ocasião da Romaria do Espírito Santo.

Esta edição foi apresentada no Terreiro da Fonte, onde se vai realizar, pelo presidente da União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, Luís Correia, por Mafalda Lopes, da Academia Wolfdance, e Nuno Marques, da Episódio.

O Mercado Medieval de Eiras vai ter espectáculos de fogo, música, dança, teatro, um acampamento, mostra de armas e tabernas, sendo organizado numa parceria que envolve a Wolf Dance, Junta da União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, , Episódio - Associação Cultural e



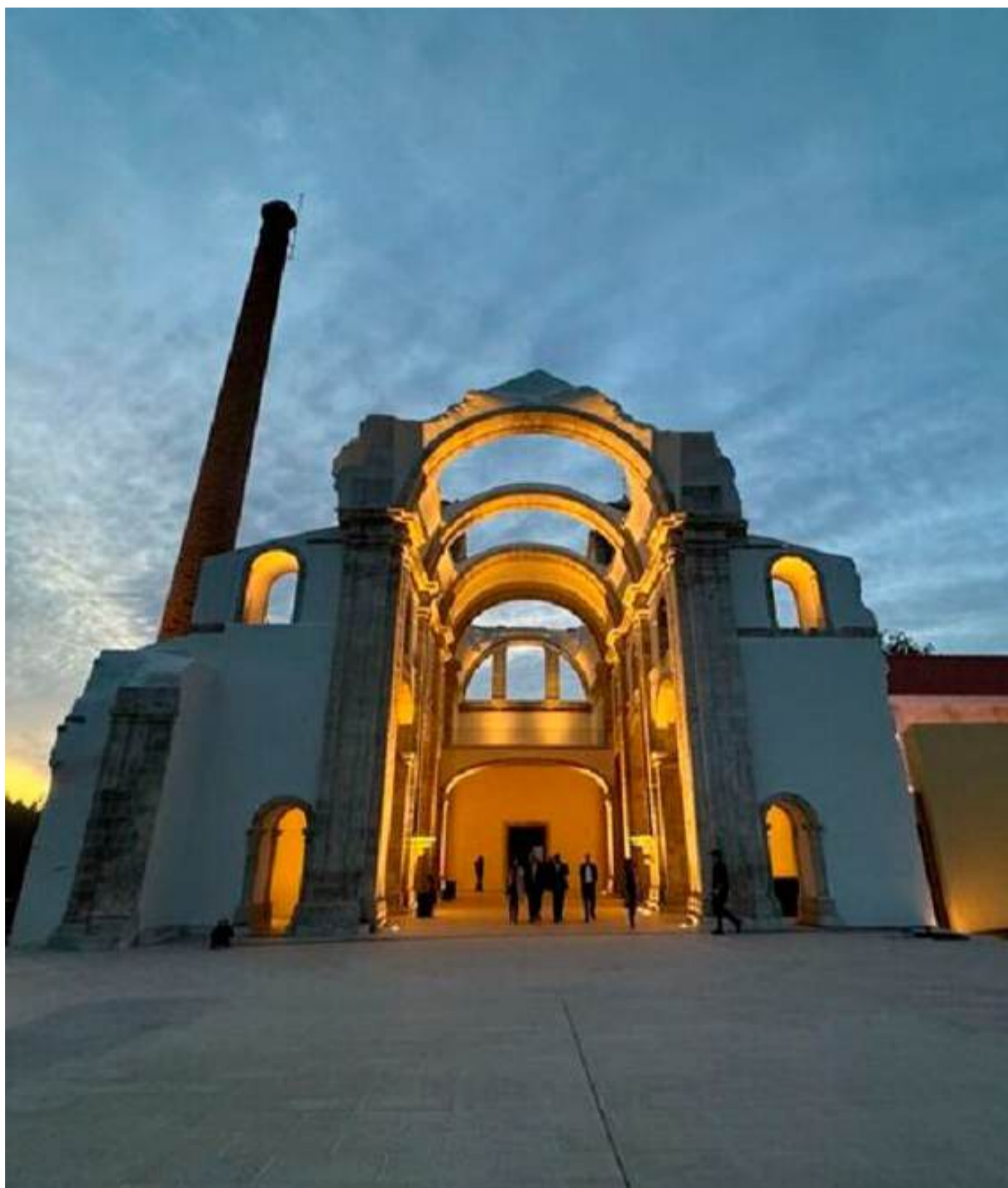
Turística e a Câmara Municipal de Coimbra.

Amanhã (sexta-feira), o Mercado Medieval abre pelas 20h30, com a chegada de D. Nuno Martins de Chacim, meirinho-mor del Rey Dom Dinis, pelas 21h30, para atestar das sentenças e determinações da feira franca de Eiras. Pelas 22h30 haverá danças e bailias pela Academia Wolfdance, com o encerramento a acontecer à meia-noite.

No sábado, dia 16, a abertura do Mercado será pelas 11h00, com os pontos mais marcantes do programa a acontecerem pelas 16h00 (Cortejo Régio pelas ruas do burgo - Leitura da Carta de Feira), 19h00 (músicas e cantigas trovadorescas;), 21h00 (chegada da Abadessa do Mosteiro de Celas, D. Teresa de Raimundo, ao burgo de Eiras) 22h00 (Almeia - espectáculo de dança oriental) e 23h00 (espectáculo de fogo).

No domingo, dia 17, o Mercado abre pelas 11h00, para os comeres e bueres nas tabernas, com o programa a incluir uma trupe de saltimbancos e menestréis a animarem os folguedos (14h00); danças e bailias pela Academia Wolfdance (14h30), Almeia encanta os folguedos com dança oriental (15h00); músicas e cantigas trovadorescas (pelas 16h00 no interior da Capela do Espírito Santo), trupe de saltimbancos e menestréis (17h30), formalização do escambo de bens e das terras de Eiras pela chancelaria de El Rey D. Dinis e o Mosteiro de Celas (18h00), danças e bailias pela Academia Wolfdance (18h30), Almeia - espectáculo de dança oriental com apontamento de fogo (19h00), com o encerramento marcado para as 20h00.

Figueira da Foz prepara requalificação da envolvente ao Mosteiro de Seiça



O presidente da Câmara da Figueira da Foz revelou que a autarquia está a trabalhar na requalificação da zona envolvente ao Mosteiro de Seiça, que reabriu em Janeiro de 2024 após um complexo processo de restauro.

O Mosteiro, que estava praticamente em ruínas, está localizado num vale da freguesia do Paião, no sul do concelho da Figueira

da Foz, junto à linha ferroviária do Oeste e ribeira de Seiça, e teve origem na fundação da nacionalidade, embora o edificado atual seja dos séculos XVI e XVII.

“Estamos a trabalhar no Centro de Restauro, na cafetaria, cujo projecto está concluído, que é muito importante para os visitantes, e as aquisições de [imóveis] na zona envolvente”, disse o autarca Pedro Santana Lopes.

Ainda sem estimativas orçamentais para a requalificação da envolvente ao Mosteiro, o presidente da autarquia figueirense salientou que, só na aquisição de [três] imóveis, que se destinam ao Centro de Restauro e residência artística, a Câmara da Figueira da Foz vai investir meio milhão de euros.

“Está para ser lançado o concurso da construção da cafetaria [no rés-do-chão do mosteiro], que gostaria que estivesse concluída até final do ano”, avançou Santana Lopes, referindo que aquele monumento nacional tem tido procura diária de visitantes.

O presidente da Câmara da Figueira da Foz sublinhou ainda que, para o espaço museológico do Mosteiro ter muita afluência, é necessário executar a requalificação da zona envolvente.

O Mosteiro de Seiça foi adquirido pelo actual presidente da autarquia, durante a primeira passagem de Pedro Santana Lopes na pela presidência da Câmara da Figueira da Foz (1997-2001).

As obras de requalificação, consignadas em Dezembro de 2021, representaram um investimento de 2,7 milhões de euros, comparticipados em 85% pelo programa Portugal 2020.

O executivo de Santana Lopes, eleito em 2021, pelo movimento Figueira a Primeira, deu continuidade ao processo que vinha do anterior mandato do socialista Carlos Monteiro.

Convento São Francisco acolhe debate sobre o futuro da sociedade pós-calamidade

No próximo dia 19, o Convento São Francisco, em Coimbra, será o palco de uma reflexão sobre os desafios da contemporaneidade na próxima conferência do ciclo “O Mundo que Temos. O Mundo que Queremos”.

Sob o mote “Entre a Ruína e a Reconstrução: Direito, Sociedade e Esperança após a Calamidade”, o evento reunirá especialistas de diversas áreas para discutir os caminhos da reconstrução social e institucional num período marcado por crises sucessivas.

A iniciativa, promovida pela Caixa Geral de Depósitos em colaboração com o Professor Eduardo Paz Ferreira, surge num contexto em que a frequência de calamidades tem testado a resiliência das instituições e a coesão social. Segundo a organização, o evento pretende analisar como o Direito pode actuar como pilar de protecção, sem esquecer a necessidade de uma liderança forte e de uma responsabilidade colectiva para enfrentar a devastação.

A sessão de abertura, pelas 10h00, tem inter-

venções de Paulo Macedo e Eduardo Paz Ferreira, seguindo-se, às 10h30, o tema “Quando tudo falha: decisão, sociedade e limites”, que contará com a participação de nomes como João Pedro Matos Fernandes, José Reis, Luísa Schmidt e Pedro Costa Gonçalves. Este painel focará nas falhas sistémicas e nos limites da resposta pública perante o inesperado. O encerramento da parte da manhã será feito, pelas 12h30, por Ana Abrunhosa, presidente da Câmara de Coimbra.

Já o período da tarde, a partir das 15h00, será dedicado ao tema “Reconstruir: território, economia e sentido”. Álvaro Nascimento, Ana Carvalho, Cristina Robalo Cordeiro e Manuel Castelo Branco serão os oradores responsáveis por traçar perspectivas sobre como reinventar o espaço e a economia, conferindo novo propósito às comunidades após momentos críticos.

O encerramento do evento, pelas 17h20, contará com a intervenção do Bispo de Coimbra, D. Virgílio do Nascimento Antunes.

